



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10831 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

A POSSÍVEL FRAGILIDADE DOS CRITÉRIOS QUE COMPÕEM A DIMENSÃO “INTERNACIONALIZAÇÃO” NO RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA DE SÃO PAULO

Silvano Pedro Amaro - UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí

Regina Celia Linhares Hostins - UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ

A POSSÍVEL FRAGILIDADE DOS CRITÉRIOS QUE COMPÕEM A DIMENSÃO “INTERNACIONALIZAÇÃO” NO RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA DE SÃO PAULO

Com o crescimento dos rankings como ferramentas de controle de produtividade e reputação de instituições de ensino superior no contexto mundial, essas passaram a direcionar algumas práticas para obtenção de melhores resultados, de forma a figurar em posições de destaque entre as demais. Por outro lado, os estudantes, em muitas situações, acabam por utilizar como referência tais ranqueamentos, mesmo que não compreendam o funcionamento e os critérios que o compõem. A lista final com os melhores classificados é o que ganha holofote, tornando tal avaliação, na visão de futuros graduandos, talvez, mais importante que o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, que foi criado pela Lei N.º 10.861/2004.

De acordo com Enserink (2007), os rankings universitários foram criados pela revista U.S. News & Words Reports em 1983, como forma de motivar o ingresso nas universidades que obtiveram os melhores resultados em tais rankings. Essas listas que classificam instituições de ensino superior do ponto de vista da qualidade ganham força no cenário internacional a partir do final do século XX.

Nesse contexto, o presente trabalho, que faz parte de uma pesquisa ainda em andamento sobre avaliação externa no ensino superior, tem por objetivo compreender os componentes da dimensão “internacionalização” na elaboração do Ranking Universitário

Folha de São Paulo – RUF. Para isso, além de um breve panorama de rankings no Brasil, será apresentado um detalhamento dos componentes do RUF, de modo a comparar as dimensões que constituem o resultado dessa avaliação. A dimensão “internacionalização” será cruzada com alguns conceitos de internacionalização na educação, buscando pontos de convergência.

No Brasil, uma grande referência, embora pouco utilizada por estudantes para conhecer a qualidade de curso de graduação e/ou instituição de ensino superior, é o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, que é composto por três grandes componentes, a saber: avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. As dimensões, instrumentos e critérios tentam envolver o máximo de aspectos possíveis, com destaque para o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações. Importante destacar que o candidato ao ingresso no ensino superior, provavelmente, não conhece o SINAES, motivo pelo qual deixa de ser uma referência na escolha de uma instituição ou curso de graduação.

O SINAES substituiu o “Provão”, exame que, segundo Dias Sobrinho (2002), foi o primeiro ranking a surgir no cenário educacional brasileiro e era composto por dois instrumentos: um teste de conhecimentos específicos e um questionário.

Para além dessa, que foi uma ação do governo, começaram a surgir no Brasil também os rankings elaborados por instituições desvinculadas do governo. Todavia, paralelamente, o SINAES, de forma indireta, acaba por criar uma métrica cujos dados podem ser utilizados para ranqueamento de cursos (CPC – Conceito Preliminar de Curso) e de instituições (IGC – Índice Geral de Cursos), conforme disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior>>.

O Brasil, por influência do contexto internacional, passa a ter também suas listas elaboradas pelo setor privado com o objetivo de classificar as instituições de ensino superior e os cursos de graduação. Andrade (2011) criou uma classificação para os rankings, de acordo com os seus tipos:

a) com foco no produto e objetivo – é baseado em produtos com possibilidade de mensuração de forma objetiva, por exemplo, resultado médio dos alunos de uma universidade num teste de proficiência;

b) com foco no produto e subjetivo – produtos mensurados de forma subjetiva, por exemplo, a reputação da universidade com base em informações coletadas por meio de questionários ou entrevistas realizadas junto a diversos informantes;

c) com foco no insumo e objetivo – elaborados por meio de indicadores objetivos de insumos utilizados no processo produtivo da educação, como titulação e regime de trabalho do corpo docente; e

d) com foco no insumo e subjetivo – construídos a partir da avaliação subjetiva de insumos fornecidos mediante formulários e entrevistas com os diversos públicos das universidades.

O Guia do Estudante, organizado pela Editora Abril, por algumas décadas foi uma importante referência para estudantes que buscavam por informações sobre vestibulares, formas de ingresso aos cursos de graduação, orientação profissional, informação sobre carreiras e listas de cursos e universidades “estreladas”, sendo mais recomendados os cursos com cinco estrelas ao final dos resultados apurados. A avaliação levava em consideração as informações disponibilizadas pelos coordenadores de curso por meio de um questionário, além do que estava disponível no site do curso. O ranqueamento do Guia do Estudante teve sua última edição em 2017, conforme disponível no endereço <<https://guiadoestudante.abril.com.br/>>.

Outro referencial, este mais recente, é o “Guia da Faculdade” organizado pelo Jornal “Estadão”, em parceria com o “Quero Educação” – plataforma que reúne informações sobre diversas instituições de ensino superior e cursos de graduação, apresentando dados comparativos para que o candidato ao ingresso no curso superior tenha referência para suas escolhas, conforme disponível em <<https://publicacoes.estadao.com.br/guia-da-faculdade/>>.

Para avaliar os cursos, o Guia da Faculdade utiliza uma metodologia conhecida como “avaliação por pares” para analisar a qualidade de cerca de 16 mil cursos superiores em todo o Brasil. Nesse processo, a equipe do Guia atua como um instituto de pesquisa, colhendo a opinião de milhares de professores que atuam no ensino superior. O coordenador de cada curso que será avaliado recebe um questionário no qual pode apresentar as principais características da sua graduação, com foco em três aspectos: projeto pedagógico, corpo docente e infraestrutura.

O Ranking Universitário Folha de São Paulo, organizado pelo Jornal Folha de São Paulo, apresenta duas listas distintas: o ranking de cursos e o de instituições, conforme se observa em <<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/>>. Entre as instituições de ensino superior avaliadas, são contempladas apenas as universidades, ficando de fora centros universitários e faculdades. O ranking de universidades é organizado com base em cinco critérios, cada um deles com um peso diferente na composição da avaliação: pesquisa, que pode somar até 42%; ensino, que pode totalizar até 32%; mercado alcança 18%; inovação computa até 4%; internacionalização pode somar até 4%.

Cada dimensão da avaliação da instituição apresenta distintos componentes que direcionam a avaliação:

- Na dimensão “**Pesquisa**”, a pontuação é composta por: artigos científicos publicados pela universidade (7%); relevância de trabalhos científicos a partir do total de citações recebidas (7%); média de citações para cada artigo científico da universidade (4%); média de artigos científicos publicados por professor (7%); média de citações de

trabalhos publicados por docente (7%); publicações de artigos científicos em periódicos nacionais (3%); valor médio de recursos que a instituição recebe por docente (3%); Bolsistas CNPq – percentual de professores da universidade considerados produtivos pelo CNPq (2%); número de teses defendidas por docente (2%). Tais componentes, dentro da dimensão “Pesquisa”, representam 42% do total da avaliação.

- Na dimensão “**Ensino**”, cujos componentes totalizam 32% da pontuação, a distribuição ocorre da seguinte forma: opinião de docentes do ensino superior sobre a oferta de ensino da instituição avaliada, por meio de pesquisa feita pelo Datafolha com professores distribuídos pelo país (20%); percentual de professores com doutorado ou mestrado (4%); professores com regime de trabalho em dedicação integral e parcial (4%); nota média da instituição no Enade (4%).
- A categoria “**Mercado**”, com componente único, que totaliza 18% da avaliação, considera a opinião de empregadores sobre preferências de contratação, tendo por base pesquisa realizada pelo Datafolha.
- A categoria “**Inovação**”, que totaliza 4% do somatório total, tem apenas dois componentes: número de patentes pedidas pela universidade (2%); quantidade de estudos da universidade em parceria com empresas do setor produtivo (2%).
- Por fim, a categoria “**Internacionalização**”, que totaliza 4% da nota final do ranking, tem como componentes: média de citações internacionais pelos trabalhos dos docentes (2%); e percentual de publicações em parceria com pesquisadores estrangeiros (2%).

No caso da avaliação dos cursos de graduação, há apenas dois critérios: ensino e mercado. São contempladas 40 graduações de universidades, centros universitários e faculdades com maior número de ingressantes no país, de acordo com dados do Censo da Educação Superior. Exceção é feita ao curso de Direito, que tem critério adicional: desempenho no exame da Ordem dos Advogados do Brasil.

Dessa forma, enquanto os demais cursos contam com 50% na dimensão ensino e 50% na dimensão mercado, o curso de Direito apresenta em sua composição de nota: ensino – 44%; mercado – 18%; OAB – 38%.

No caso dos cursos de Direito, para atuação no mercado, é quase que obrigatório o exame da ordem, com exceção de áreas em que se exige graduação em Direito, mas sem necessariamente experiência como advogado ou mesmo vínculo com a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, como é o caso de carreiras de oficiais da polícia militar. Ou seja, a OAB tem grande influência no mercado dos bacharéis em Direito, motivo pelo qual se justifica a distribuição de peso com a dimensão “mercado”.

Os cursos de graduação têm apenas duas das cinco dimensões utilizadas para avaliar as universidades. Mas no detalhamento das dimensões, percebe-se que o que alimenta os componentes conta com a participação direta dos cursos de graduação. Dessa forma, cursos de graduação que tenham diferenciais em pesquisa, inovação e internacionalização, se

estiverem vinculados a uma instituição que não seja universidade, terão todas essas ações desconsideradas na avaliação, pois tais dimensões contabilizam apenas para universidades.

A internacionalização, que é dimensão utilizada apenas na avaliação das universidades, soma no máximo 4% da nota final, além de contemplar apenas 2 componentes:

- **Citações internacionais por docente 2%:** Média de citações internacionais pelos trabalhos dos docentes;
- **Publicações em coautoria internacional 2%:** Percentual de publicações em parceria com pesquisadores estrangeiros.

A utilização de apenas dois elementos fragiliza esta tão importante dimensão, que tem uma abrangência muito maior do que apenas os dois componentes apresentados.

Morella (2015, p. 18) ao abordar o tema internacionalização de universidades, traz um conceito que costura muitas ações desenvolvidas na universidade, evidenciando que o caráter internacional deve estar estampado nas práticas cotidianas da universidade:

internacionalização é um processo contínuo, que permite promover parcerias e associações para a cooperação internacional entre instituições, visando ao fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão universitária e promovendo a compreensão intercultural e linguística e a valorização da instituição, em um contexto mundial, influenciando as atividades de todos os envolvidos nesse processo. É um processo transformador que deve ser compreendido por todos os envolvidos para a promoção de ações que permitam incorporar às atividades o caráter internacional.

Pela lupa do RUF, pode-se deduzir que a internacionalização foca na produção científica em coautoria internacional ou média de citação internacional em trabalhos de docentes. Importante destacar que há outros fatores envolvidos na internacionalização do ensino superior, envolvendo, como destaca Morella (2015) ensino, pesquisa, extensão.

A internacionalização pode ocorrer pelo currículo do curso, com disciplinas que tenham um viés de formação multicultural ou ainda com a oferta de disciplinas em idioma estrangeiro. A mobilidade estudantil e de docentes, interna e externa, é outro ponto de destaque na internacionalização. Esta tem ocorrido em atividades de intercâmbio, que é a prática mais comum nas universidades, ou na oferta de cursos de dupla titulação, em que o estudante, cumprindo os requisitos estabelecidos, pode, num processo integrado, graduar-se por duas universidades parceiras, sendo uma de um país distinto da outra.

Lima e Maranhão (2009) destacam que a internacionalização no setor educacional ocorre de duas formas: pela internacionalização ativa (em países centrais) – quando os países mantêm políticas de Estado voltadas para atração e acolhimento acadêmico, oferecem serviços educacionais no exterior, abrangendo mobilidade de *experts* em áreas de interesse estratégico; e pela internacionalização passiva (em países periféricos) – que se caracteriza pela inexistência de uma política criteriosa para envio dos estudantes para o exterior e que os países possuem pouca capacidade instalada (recursos materiais e humanos) para o

acolhimento e a oferta de serviços educacionais.

Castro e Cabral Neto (2012) apontam ações sob o que consideram uma perspectiva solidária, a partir de iniciativas do Ministério da Educação do Brasil, criando universidades para promover integração com outros países, como é o caso da Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila), aprovada pelo Congresso Nacional brasileiro (Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010), que também traz inovação no fato de ser uma universidade bilíngue (português e espanhol). Outra iniciativa, ainda segundo os autores, é a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), que tem, entre os seus objetivos, formar pessoas para contribuir com a integração do Brasil com países da África em especial com os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O direcionamento de processos e movimentos de universidades no sentido de implementar ações de internacionalização podem, sob a óptica dos componentes da dimensão “Internacionalização” do RUF, ficar minimizadas, uma vez que não serão tratadas como diferenciais para elevar os resultados de tais instituições no ranking de que participam.

A internacionalização revela-se fortalecida por conta da globalização. Entretanto, embora tal dimensão apresente relevo fora do RUF, não há ainda componentes que deem conta de valorizar ou mensurar as ações relacionadas à internacionalização. Fernandes; Nunes (2011) apontam a preocupação na baixa confiabilidade desse indicador, motivo pelo qual recebe pequeno peso em rankings. No caso específico do RUF, esse peso representa apenas 4% do total.

Os rankings se configuram num importante instrumento, no contexto da globalização, que coloca na vitrine, de acordo com critérios específicos, as instituições e cursos de destaque. Por meio dessas classificações, as instituições podem redirecionar suas ações no sentido de aperfeiçoar suas práticas para, no ranking, atingir melhor resultado. Certamente há a preocupação de estar entre os cursos e universidades de destaque, porém não é apenas esse o foco de rankings, pois o fato de haver a possibilidade de reflexão interna sobre os fluxos e processos já é um fator importante a ser considerado, pois a classificação não fica direcionada exclusivamente para a lista final, mas para o processo em si.

Entretanto, há necessidade de uma reflexão sobre os componentes das dimensões que são utilizadas para gerar a classificação dos cursos. Num momento de globalização cada vez mais fortalecida, a internacionalização não pode, em rankings, ser subvalorizada ou vista como um acessório para desempate nas listas finais.

Seria conveniente uma revisão dos componentes que constituem a dimensão “internacionalização” de forma a valorizar ações desenvolvidas pelas instituições. Contar, por exemplo, com cursos de graduação internacionalizados que proporcionem dupla diplomação é um grande diferencial que precisa ser reconhecido e utilizado para que a universidade ganhe holofote a partir dessa prática,

Valorizar as práticas que já ocorrem seria um caminho interessante, com destaque para internacionalização do currículo, mobilidade de discentes e docentes e processos de dupla diplomação.

PALAVRAS-CHAVE: Ranking Universitário, Internacionalização, RUF

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E.C. Rankings em Educação: tipos, problemas, informações e mudanças: análise dos principais rankings oficiais brasileiros. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 323-343, jun. 2011.

BRASIL. **Lei N.º 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em 04 jul. 2021.

CASTRO, Alda Araújo; CABRAL NETO, Antônio. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 21, p. 69-96, 2012. Disponível em <http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502012000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 maio 2022.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao Sinaes**. Avaliação, Campinas, v. 15, n. 1, p. 195-224, 2010.

ENSERINK, M. Who Ranks the University Rankers? **Science**, v. 317, n. 5841, 24 Ago. 2007, p. 1026-1028.

FERNANDES, I; NUNES, E. **Rankings Internacionais: a irresistível polêmica em torno de seus sentidos e metodologias**. Documento de trabalho n. 97. Rio de Janeiro: Observatório Universitário, 2011.

Lima, M. C. & Maranhão, C. M. do S. de A. (2009). O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Revista Avaliação**, vol. 14, 3, 583-610. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/aval/a/5VJDvJnkgsDn9nmwWCCvKbj/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 13 maio 2022.

MORELLA, P. P. D. **O processo de internacionalização no contexto da globalização: uma relação entre universidades e empresas**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2015.

RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: < <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/>>. Acesso em 07 jul. 2021.